

Atos Oficiais

PORTARIA Nº. 33.546, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021. APURAR em face dos funcionários RODRIGO DOS REIS SILVA, Medico Plantonista Socorrista, VALERIA GRILO GUIMARRÃES, Enfermeira e DAIANE DA CRUZ VENTURA, Agente Comunitário de Saúde, todos lotados na Secretaria de Saúde e Higiene, suposta violação aos Artigos 107, II e 108, III e XIV da Lei Municipal nº 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 2316/2021

PORTARIA Nº. 33.547, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021. APURAR em face do servidor EVANDRO FAUSTINO DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, suposta violação aos Artigos 107, II e 108, XIV da Lei Municipal nº 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 4345/2021

PORTARIA Nº. 33.568, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021. NOMEAR a pessoa abaixo relacionada para, nos termos do Artigo 7º. e seguintes da Lei nº. 4.217, de 17 de Dezembro de 1998 – Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires, exercer o cargo efetivo de Farmacêutico, com lotação na Secretaria de Saúde e Higiene:

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	CLASS.
0357005552	REGINA BORTOLUCCI	433990326	9

A pessoa acima nomeada, de acordo com o disposto na Lei nº 6.123, de 03 de Novembro de 2016, deverá tomar posse do cargo no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, contados da publicação da presente portaria, decaindo do direito de posse se não o exercer no prazo. Para a posse deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos, localizado na Rua Miguel Prisco, nº 288 – Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 17:00 horas. Processo nº 1314/2021

PORTARIA Nº. 33.587 DE 27 DE OUTUBRO DE 2021. NOMEAR THIAGO BIANCHI DA ROCHA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 41.180.456 e CPF nº 320.630.778-35, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Execução Fiscal, lotado na Secretaria de Assuntos Jurídicos, a contar de 01 de Setembro de 2021. Processo nº. 5392/2021

PORTARIA Nº. 33.588, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021. NOMEAR CARLOS EDUARDO DE ARRUDA SILVA, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 37.240.799-7 e CPF nº. 472.494.518-47, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Equipe de Apoio Administrativo, lotado na Secretaria de Finanças e Administração, a contar de 01 de Outubro de 2021. Processo nº 5510/2021

PORTARIA Nº. 33.591, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.951, de 08 de Junho de 2021 e NOMEAR a funcionária NILDES MOREIRA DE MIRANDA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 20.152.202-0 e CPF nº.097.238.178-37, Técnico Administrativo, lotada na Secretaria de Finanças e Administração, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a partir de 01 de Novembro de 2021. Processo nº. 1713/1994

PORTARIA Nº. 33.600, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.236, de 28 de Julho de 2021 e APURAR em face do funcionário ALEXANDRE BUZAID NETO, Medico Plantonista, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, suposta violação aos Artigos 87- H, com as consequências do artigo 87-F, cumulados com os artigos 107, I e 108, III e VIII, da Lei Municipal nº. 4.217/98, à vista do que consta nos

autos do Processo Administrativo nº. 8149/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva
Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra
Iris Silvério da Silva
Processo nº 8149/2019

PORTARIA Nº. 33.601, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.302, de 17 de Agosto de 2021 e APURAR os fatos em razão de vínculo de trabalho irregular, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 10123/2018. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva
Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra
Iris Silvério da Silva
Processo nº 10123/2018

PORTARIA Nº. 33.602, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.303, de 17 de Agosto de 2021 e APURAR os fatos apresentados pelo Boletim de Ocorrência nº. 186/2020- Extravio de HD na Secretaria de Saúde e Higiene, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 322/2020. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva
Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra
Iris Silvério da Silva
Processo nº 322/2020

PORTARIA Nº. 33.603, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.301, de 17 de Agosto de 2021 e APURAR os fatos referentes a briga ocorrida entre a funcionária contratada e a funcionária estável efetiva, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 5578/2020. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva
Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra
Iris Silvério da Silva
Processo nº 5578/2020

PORTARIA Nº. 33.604, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.235, de 28 de Julho de 2021 e APURAR em face da ex servidora ANA CAROLINA SAUMA MALULY, Médico Clínico Geral/Plantonista Socorrista, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, suposta violação aos artigos 87 F e 87 H e 108, inciso VIII, da Lei Municipal nº. 4.217/98, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 2540/2021. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva
Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra
Iris Silvério da Silva
Processo nº 2540/2021

PORTARIA Nº. 33.606, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.298, de 17 de Agosto de 2021 e APURAR os fatos referentes ao auto de infração de trânsito HT-A2-72177-0, referente ao veículo oficial Placa DKI 5505, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 989/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e

Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 989/2019

PORTARIA Nº. 33.607, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.297, de 17 de Agosto de 2021 e APURAR os fatos referentes ao auto de infração de trânsito SI-B2-070795-3, referente ao veículo oficial Placa DKI 5523, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 988/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 988/2019

PORTARIA Nº. 33.608, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº. 33.232, de 27 de Julho de 2021 e APURAR os fatos referentes a falha de atendimento do técnico de enfermagem no Hospital e Maternidade São Lucas, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 621/2018. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 621/2018

PORTARIA Nº. 33.611, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº33.127, de 29 de Junho de 2021 e APURAR em face do servidor LUIS NATIVIDAD NUNES, Medico, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene, suposta violação ao artigo 107, incisos, II e IV, da Lei Municipal nº. 4.217/1998, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 2905/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 2905/2019

PORTARIA Nº. 33.612, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 33.239, de 29 de Julho de 2021 e APURAR os fatos relacionados ao aparelho de tomógrafo, objeto do Boletim de Ocorrência nº.4251/2019, á vista do que consta nos autos do Processo Administrativo nº. 7765/2019. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 7765/2019

PORTARIA Nº. 33.621, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.994, 10 de Junho de 2021 e NOMEAR a funcionária VANIA DA SILVA LIMA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 35.382.010-6 e CPF nº. 347.718.608-74, Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Finanças e Administração, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Novembro de 2021. Processo nº4137/2011

PORTARIA Nº. 33.623, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021. APURAR os fatos apresentados pelo Boletim de Ocorrência nº. 725/2020, relatados nos autos do Processo Administrativo nº. 1646/2020. A apuração será conduzida pela Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene, nomeada por meio da Portaria nº. 31.163, de 10 de julho de 2019, alterada pelas Portarias nºs 32.851, de 18 de maio de 2021 e 33.295, de 16 de Agosto de 2021, que deverá apresentar o relatório final no prazo disposto no artigo 142 da Lei nº. 4.217/98, podendo ser prorrogado por igual período.

Presidente – Eva Kelly Macedo da Silva

Membros – Erica Cristina Filipino Bezerra

Iris Silvério da Silva

Processo nº 1646/2020

PORTARIA Nº. 33.627, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 33.073, de 18 de Junho de 2021 e NOMEAR FÁBIO ADRIANO ALVES, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 40.877.528-2 e CPF nº. 329.430.398-02, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Equipe de Apoio a Comunicação, lotado na Secretaria de Gabinete do Prefeito, a contar de 01 de Novembro de 2021. Processo nº. 2586/2021

PORTARIA Nº. 33.628, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021. NOMEAR ANDREIA VIANA SOUZA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 23.977.547-8 e CPF nº. 259.945.618-51, para exercer em comissão o cargo de Responsável de Equipe do Atendimento ao Usuário, lotada na Secretaria de Assuntos Estratégicos e Modernização, a contar de 01 de Novembro de 2021. Processo nº 5545/2021

PORTARIA Nº. 33.629, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2021. REVOGAR a Portaria nº 32.925, de 04 de Junho de 2021 e NOMEAR JADIR ANDRADE DOS REIS, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 47.207.703-2 e CPF nº. 378.545.668-95, para exercer em comissão o cargo de Responsável pela Distribuição de Demandas Judiciais, lotado na Secretaria de Assuntos Jurídicos, a contar de 20 de Outubro de 2021. Processo nº. 2462/2021

LEI Nº 6.653, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a disponibilização do diploma impresso em Braille para alunos com deficiência visual, pelas instituições públicas e privadas do Município de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Alessandro Adalberto Dias)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Institui a disponibilização gratuita, mediante requerimento, de diploma impresso em Braille, sistema de escrita tátil, para os alunos com deficiência visual quando da conclusão do ensino fundamental, médio e superior, por parte das instituições de ensino públicas e privadas, no município de Ribeirão Pires.

Parágrafo único -O diploma em Braille deve seguir o prazo de expedição e registro do diploma regular e conter os mesmos dados obrigatórios previstos na legislação em vigência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de outubro de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ROSI RIBEIRO DE MARCO
Secretária de Educação

LEI Nº 6.673, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana de Orientação e Combate a Diabetes, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Paulo Cesar Ferreira)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º- Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana de Orientação e Combate a Diabetes, a ser realizada, anualmente, na terceira semana do mês de novembro, compreendendo o dia 14 de novembro, no qual é celebrado o Dia Mundial do Diabetes

Art. 2º - A Semana de Orientação e combate a Diabetes tem por objetivo conscientizar a população sobre a importância da orientação, prevenção e controle da doença, alertando a sociedade acerca deste problema de saúde pública.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 135/2021– CM - nº 5538/2021 -PM
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

LEI Nº 6.672, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021

Institui o Programa de Educação e Prevenção em Saúde Bucal no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires e dá outras providências. (Autoria: Vereador Archeson Pedroza Teixeira)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º- Fica instituído o Programa de Educação e Prevenção em Saúde Bucal no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art. 2º - O Programa, de caráter permanente, tem por objetivo reduzir o índice de problemas dentários da população do município, por meio de:

I - Desenvolvimento do hábito da higienização bucal diária;

II - Ensino da técnica correta de escovação e do uso regular do fio dental.

Art. 3º - Para se atingir o objetivo previsto no Artigo 2º, o Poder Executivo poderá promover:

I – Palestras, debates, distribuição de impressos educativos, exibição de filmes e exposições práticas;

II - Fornecimento de kits de higiene bucal;

III - Outros procedimentos cabíveis.

Art. 4º - As ações governamentais para a implementação do Programa a que se refere esta Lei poderão ser desenvolvidas em parceria com faculdades de odontologia e organizações não governamentais.

Parágrafo Único – Para realização dos eventos previstos no “Programa de Saúde Bucal” fica autorizada a colaboração entre Secretaria Municipal de Saúde e Estabelecimentos de Saúde, além de profissionais da área, especialistas no segmento, de entidades públicas e privadas.

Art. 5º - Compete ao Poder Executivo regulamentar a presente lei, no que couber.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 132/2021– CM - nº 5537/2021 -PM
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

LEI Nº 6.674, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2021

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana Municipal de Controle e Combate à Leishmaniose, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Paulo Cesar Ferreira)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º- Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, a Semana Municipal de Controle e Combate à Leishmaniose, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 10 de agosto.

Art. 2º - O objetivo desta norma é:

- I** - estimular ações educativas e preventivas;
- II** - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de vigilância e controle da Leishmaniose;
- III** - apoiar as atividades de prevenção e combate à Leishmaniose organizada e desenvolvida pela sociedade civil;
- IV** - difundir os avanços técnico-científicos relacionados à prevenção e ao combate à Leishmaniose.

Art. 3º - Entende-se por Leishmaniose, a doença crônica, de manifestação cutânea ou visceral causada por protozoários flagelados do gênero *Leishmania*, da família *Trypanosomatidae*.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo nº 129/2021 – CM - nº 5254/2021 -PM
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

DECRETO LEGISLATIVO Nº 929, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - VEREADOR LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo: Concede o título de cidadão Ribeirãopirense ao Ilustríssimo Senhor Antonio Marques do Nascimento Filho, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. **(Autoria: Vereador Marcelo Silvestre de Almeida)** Art. 1º- Fica concedido o título de cidadão Ribeirãopirense ao Ilustríssimo Senhor **Antonio Marques do Nascimento Filho**, pelos relevantes serviços prestados ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Art. 2º - A Presidência da Câmara fica autorizada a expedir o título concedido nos termos do artigo anterior, a fim de ser entregue ao ilustre homenageado. Art. 3º - As despesas com a execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessária. Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Ribeirão Pires, 11 de novembro de 2021. – 67º Ano da Instalação do Município. **Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi – Presidente**. Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal na mesma data. **Vicente Carlos de Souza Titico - Secretário Geral - Proc. 159/2021.**

LEI Nº 6.668, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021

Denomina "Dr. Pedro Quintilio Filho" a Unidade Básica de Saúde – Central, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Diogo Dantas Manera)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Denomina "Dr. Pedro Quintilio Filho" a Unidade Básica de Saúde – UBS Central, localizada na Rua Doutor Virgílio Golla, nº 24, na Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 03 de novembro de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JUNIOR
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 125/2021-CM - nº 5227/2021 – PM
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

LEI Nº 6.669, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021

Denomina de “Praça Dilene Alves Pavani” a área pública situada na Rua Giacomino Bressan, Vila Eliza, em Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereadores Alex Aparecido Borges Mathias e Alan Sousa Bomfim)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de “PRAÇA DILENE ALVES PAVANI” a área pública localizada entre as Ruas Giacomino

Bressan e Sixto Pelegrini, localizadas na Vila Eliza, no Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 03 de novembro de 2021- 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JUNIOR
Secretário de Governo

Processo Administrativo nº 127/2021-CM - nº 5224/2021 – PM
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

DECRETO Nº 7.250, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Nomeia membros para composição do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Município de Ribeirão Pires, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Município de Ribeirão Pires, criado nos termos da Lei nº 2.448, de 30 de maio de 1983, alterada pela Lei nº 6.137, de 16 de fevereiro de 2017:

Representantes do Poder Executivo

Representantes da Secretaria de Assuntos Jurídicos

- Lauany Carolyne Silva Lima - Titular
- Emerson Perrella - Suplente

Representantes da Secretária de Assistência, Participação e Inclusão Social

- Francisco de Assis de Jesus – Titular
- Christian Moranza Di Cicco – Suplente

Representantes da Secretária de Finanças e Administração

- Andréa Araújo da Silva Camargo - Titular
- Marcio Sebastião Marques – Suplente

Representantes do Gabinete do Prefeito

- Eliana de Almeida Marques – Titular
- Mayk Bezerra Muniz Rodrigues - Suplente

Representantes Eleitos da Sociedade Civil

- Associação Sant 'Anna Crianças de Ribeirão Pires

- Celi Barreto dos Santos Fukui – Titular
- Ana Cristina de Souza - Suplente

Associação Amor Verdadeiro

- Geórgia Leal Paulino – Titular
- Jefferson Darre Esteves – Suplente

Associação Viva Bem a Idade que Tem

- Geraldo Gordo – Titular
- José Francisco Santos da Cruz - Suplente

Casa Fraternidade de Jesus

- Maria Auxiliadora dos Santos Capocio – Titular
- José Vicente Santos Filho - Suplente

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de novembro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

SAMUEL BOSS PEREIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEONARDO PENNA DE BIAZI
Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo Administrativo nº 2967/2017 - PM.
Publicado no Órgão da Imprensa Oficial

EDITAL DISPONÍVEL: ERRATA

O Pregoeiro faz saber a todos os interessados que com relação ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 113/2021, Processo de Compras nº 4380/2021, que trata do Registro de Preços para prestação de serviços de desentupimento, limpeza de caixas e outros, fica RERRATIFICADO conforme segue: Onde se Lia: Pregão Eletrônico n.º 113/2021; Leia-se: Pregão Presencial n.º 113/2021. O encerramento dar-se-á no dia 26/11/2021 às 08:30 horas, quando às 09:00 horas do mesmo dia serão abertos envelopes. As demais informações permanecem inalteradas. Maiores informações serão fornecidos na Gerência de Suprimentos, através do fone (11) 4828-9860. O edital na íntegra poderá ser obtido através do site: www.bll.org.br ou www.ribeiraopires.sp.gov.br. Ribeirão Pires, 12 de Novembro de 2021. Douglas Menezes Souza - Pregoeiro.

CONVOCATÓRIA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA. Data: 17 de Novembro de 2021 (Quarta-feira). Horário: 15hs. Local: Sala de Reuniões Virtual (Aplicativo ZOOM). COMDEMA está convidando você para uma reunião Zoom agendada. Entrar na reunião Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/81961503393>. ID da reunião: 819 6150 3393. Lembrando que, o microfone e a câmera devem estar devidamente ligados e funcionando, e deverá possuir som para poder ouvir, ou através de fones de ouvido. **Pauta da reunião:** Aprovação da ata da 127ª reunião ordinária; Posse dos novos membros do Comdema; Esclarecimentos quanto à cota parte nos casos de "Loteamento" e "Condomínio de Lotes"; Informes. Para mais informações a respeito deste assunto, poderá ser solicitado através do email: comdema.rp@gmail.com. Contamos com sua participação! Secretaria Executiva do COMDEMA.

EXTRATO DE CONTRATO - Contrato nº 021/2021 (Origem nº 016/2019) - Processo nº 030/2019 - CONTRATANTE: Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires. CONTRATADA: Telefônica Brasil S.A. VIGÊNCIA: 05 de novembro de 2.021 à 04 de novembro de 2.022. VALOR GLOBAL: 11.229,48. OBJETO: Prestação de serviço denominado STFC 9 Serviço Telefônico Fixo Comutado) pela CONTRATADA à CONTRATANTE, conforme detalhamento e especificação técnica descritas no Anexo A do Contrato nº 016/2019.

LEI Nº 6.679, 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a correção dos salários dos professores e pagamento das diferenças salariais, em razão do valor atribuído ao Piso Salarial do Magistério em janeiro de 2020, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Em virtude da não adequação do Salário dos Professores ao Piso Nacional do Magistério, desde 01/01/2020, fica autorizado o pagamento das Diferenças Salariais, para os Professores que receberam salário inferior ao Piso, bem como a correção da Tabela Salarial do Magistério, em 10,5958%, retroativo a 01/01/2020, da seguinte forma:

I - O valor das diferenças apuradas, relativo ao exercício de 2020, será pago em parcela única, até o dia 10/12/2021;

II- As diferenças apuradas no exercício de 2021 serão pagas em 10 parcelas iguais e sucessivas, iniciando em 31/01/2022, com término em 31/10/2022.

Art. 2º A Tabela Salarial III do Anexo VI, relativo aos exercícios de 2020 e 2021, integrante da presente Lei, iniciará com o valor do Piso Nacional do Magistério, e será aplicado o mesmo percentual, atualmente existente, nas demais faixas Salariais, representadas pelas Letras de A a E, conforme segue:

TABELA SALARIAL III

CLASSE	A	B	C	D	E
41	2.886,24	2.939,65	2.994,70	3.050,74	3.107,86
42	3.181,10	3.240,64	3.301,27	3.363,08	3.425,99
43	3.506,78	3.572,41	3.639,26	3.707,38	3.776,79
44	3.865,84	3.938,17	4.011,87	4.086,98	4.163,46
45	4.261,72	4.341,49	4.422,74	4.505,52	4.589,82
46	4.698,15	4.786,09	4.875,67	4.966,89	5.059,90
47	2.886,24	2.940,58	2.996,01	3.052,52	3.110,14
48	3.183,67	3.243,94	3.305,42	3.368,14	3.432,12
49	3.513,72	3.580,54	3.648,78	3.718,13	3.789,33
50	3.833,86	3.905,91	3.979,37	4.054,29	4.130,69
51	4.228,39	4.308,19	4.389,60	4.472,61	4.557,24
52	4.665,43	4.753,83	4.884,05	4.935,97	5.029,76
53	3.135,68	3.195,22	3.255,94	3.317,88	3.381,04
54	3.461,62	3.527,65	3.595,01	3.663,73	3.733,82
55	3.823,18	3.896,46	3.971,21	4.047,45	4.125,21
56	4.224,36	4.305,65	4.388,57	4.473,20	4.559,47
57	4.654,06	4.748,62	4.843,26	4.937,87	5.032,45
58	5.127,06	5.221,68	5.316,29	5.410,87	5.505,47
59	91,15	92,92	94,70	96,55	98,39
60	101,04	103,01	105,00	107,02	109,11
61	111,90	114,13	116,33	118,60	120,87
62	123,93	126,38	128,90	131,48	134,13

63	137,49	140,22	143,03	145,90	148,81
64	152,54	155,58	158,70	161,87	165,09

Art. 3º Fica excluído do Anexo VI, a Tabela Salarial III, aprovada através da Lei 6609 de 25/06/2021.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente lei serão cobertas pelas dotações próprias consignadas em orçamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a contar de 01/11/2021, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 6936/2018 – PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI Nº 6.680, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 6.291, de 13 de setembro de 2018, alterada pelas Leis 6.572/2021, 6.577/21, 6.584/21 e 6.632/2021 e 6.657/2021, que dispõe sobre Plano de Cargos, Salários e Carreira dos Funcionários Municipais de Ribeirão Pires, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica excluído do Anexo III, alterado pela Lei 6.632/2021, na Secretaria de Governo, 03 cargos de Chefe de Equipe de Apoio à Comunicação, Classe 75.

Art. 2º Fica incluído no Anexo III, no Gabinete do Prefeito, 03 cargos de Chefe de Equipe de Apoio à Comunicação, Classe Salarial 75.

Art. 3º Fica modificada a Classe Salarial do Cargo de Chefe de Equipe de Apoio à Comunicação, no Anexo III, do Gabinete do Prefeito, alterado pela 6.657/2021, para Classe 75.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente lei serão cobertas pelas dotações próprias consignadas em orçamento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 6936/2018 – PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI N.º 6.681, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Ribeirão Pires; fixa o limite máximo de valor para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40, da Constituição Federal, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Seção I

Da Instituição do Regime

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, o Regime de Previdência Complementar – RPC, a que se referem os § 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos de quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público a partir da data de início da vigência do RPC de que trata esta Lei, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2.º O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar – RPC de que trata esta Lei, sendo representado pelo Prefeito, que poderá delegar esta competência.

Parágrafo único. A representação de que trata o *caput* deste artigo compreende poderes para a celebração de convênios de adesão, seus distratos e aditivos, manifestação acerca da aprovação, liquidação, saldamento ou alteração do plano de benefícios patrocinado pelo Município, e demais atos correlatos.

Art. 3.º O Regime de Previdência Complementar – RPC de que trata esta Lei, de caráter facultativo aos participantes, terá vigência e será aplicado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos de quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressarem no serviço público a partir da data de publicação da autorização, pelo órgão fiscalizador de que trata a Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, do convênio de adesão do patrocinador ao plano de benefícios previdenciário administrado pela entidade fechada de previdência complementar.

Art. 4.º Os servidores definidos no parágrafo único do art. 1.º desta Lei que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar poderão, mediante prévia e expressa opção, aderir ao Regime de Previdência Complementar, na forma a ser regulada por lei específica.

Art. 5.º A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, independente da inscrição do novo servidor como participante no plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires aos segurados definidos no parágrafo único do art. 1.º.

Art. 6.º O Regime de Previdência Complementar de que trata o art. 1º será oferecido por meio de adesão a plano de benefícios já existente ou por meio da criação de plano de benefícios, administrado por entidade fechada de

previdência complementar, ficando autorizado ao Município da Estância Turística de Ribeirão Pires firmar convênio com entidades já existentes, observados os trâmites legais.

Seção II

Das Linhas Gerais do Plano de Benefícios

Art. 7.º O plano de benefícios previdenciário estará descrito em regulamento, observadas as disposições das pertinentes Leis Complementares, e dos normativos decorrentes desses diplomas legais, e deverá ser oferecido a todos os servidores de que trata o art. 3.º desta Lei.

Art. 8.º O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires somente poderá ser patrocinador de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios programados tenham seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os benefícios pagos.

§1.º O plano de que trata o caput deste artigo deverá prever benefícios não programados desde que:

I – assegure, pelo menos, os benefícios decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante; e

II – seja estruturado unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.

§2.º Na gestão dos benefícios de que trata o § 1º deste artigo, o plano de benefícios previdenciários poderá prever a contratação de cobertura de risco adicional junto à sociedade seguradora, desde que tenha custeio específico.

§3.º O plano de que trata o *caput* deste artigo poderá prever cobertura de sobrevivência do assistido, desde que contratada junto à sociedade seguradora.

§4.º A concessão dos benefícios programados de que trata o *caput* deste artigo aos participantes do RPC disciplinado nesta Lei é condicionada à concessão do benefício de aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Seção III

Dos Patrocinadores

Art. 9º. O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires é o responsável pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento.

§1.º As contribuições devidas pelo patrocinador deverão ser pagas, de forma centralizada, pelos Poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas autarquias e fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes.

§2.º O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires será considerado inadimplente em caso de descumprimento, por quaisquer dos poderes, incluídas suas autarquias e fundações, de qualquer obrigação prevista no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 10. Sem prejuízo de responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização e aos acréscimos, nos termos do regulamento do respectivo plano de benefícios.

Art. 11. Deverão estar previstas, expressamente, no contrato ou no convênio de adesão ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo:

I – a não existência de solidariedade do Ente Federativo, enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores; instituidores, averbadores; planos de benefícios e entidade de previdência complementar;

II – mecanismos para o gerenciamento do envio de informações de participantes e assistidos e para o pagamento ou repasse das contribuições;

III – as diretrizes com relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciário;

IV – o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a noventa dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

Seção V

Dos Participantes

Art. 12. Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os servidores titulares de cargo efetivo do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires abrangidos por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

Art. 13. Poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que:

I – esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II – esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos entes da federação;

III – optar pelo benefício proporcional diferido ou auto patrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§1.º O regulamento do plano de benefícios disciplinará as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a legislação aplicável.

§2.º Havendo cessão com ônus para o cessionário subsiste a responsabilidade do patrocinador em recolher junto ao cessionário e repassar a contribuição ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano.

§3.º Havendo cessão com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de benefícios.

§4.º O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o afastamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da remuneração.

Seção V

Das Contribuições

Art. 14. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a base de cálculo das contribuições ao RPPS estabelecidas na Lei Municipal n.º 5.751 de 25 de setembro de 2013, que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§1.º A alíquota da contribuição do participante obedecerá ao disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato.

§2.º Os participantes poderão realizar contribuições facultativas, de caráter voluntário e eventual, sem contrapartida do Patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios ou contrato.

Art. 15. O patrocinador somente responsabilizar-se-á por realizar contribuições em contrapartida às contribuições normais dos participantes que atendam, concomitantemente, às seguintes condições:

I – sejam segurados do RPPS, na forma prevista no art. 1º ou art. 4º desta Lei; e

II – recebam remuneração que exceda o limite máximo a que se refere o art. 5º desta Lei Complementar, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1.º As contribuições do patrocinador de que trata o caput deste artigo incidirão sobre a parcela da base de contribuição do participante que exceder ao limite máximo a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§2.º A contribuição do patrocinador será paritária à do participante, observadas as condições previstas no § 1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato, e não poderá exceder ao percentual de 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) sobre a parcela que exceder o limite máximo a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta Lei.

§3.º Os participantes que não se enquadrem nas condições previstas no caput deste artigo não terão direito à contrapartida do Patrocinador.

§4.º Sem prejuízo ao disposto no caput deste artigo, o Patrocinador deverá realizar o repasse das contribuições descontadas diretamente da remuneração dos participantes a ele vinculados, inclusive daqueles que, embora não enquadrados no inciso II deste artigo, estejam inscritos no plano de benefícios.

Art. 16. A entidade de previdência complementar administradora do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e das dos patrocinadores.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. A unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires fica autorizada a auxiliar, no que couber, nas gestões e providências pertinentes à implantação e funcionamento do regime de previdência complementar de que trata esta Lei.

Art. 18. Fica mantido o vínculo com o regime de previdência anterior para o servidor que, após a aprovação dessa lei complementar, fizer novo concurso público sem que haja descontinuidade de vínculo.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar onerarão as dotações próprias do orçamento vigente do Município, suplementadas, se necessário.

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a aportar recursos adicionais para atender as despesas administrativas do respectivo Plano de Benefícios enquanto as taxas fixadas no regulamento ou no plano de custeio, revistas anualmente, forem insuficientes ao seu suprimento.

Art. 20. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

CLAYTON SOARES DOS SANTOS
Superintendente do IMPRERP

Processo administrativo nº 5.266/21 – PM
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

LEI N.º 6.682, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Altera dispositivos na Lei 5.751 de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, e dá outras providências; acresce dispositivo na Lei nº 6.626, de 30 de junho de 2021, que autoriza Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre Município de Ribeirão Pires e o Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 93 da Lei nº 5.751, de 25 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 93**.....

.....
§1º (REVOGADO);

.....
§4º-A. A multa de que trata o parágrafo §4º será de 0,5% (meio por cento) incidente sobre as parcelas vencidas e não pagas do acordo de parcelamento.
.....” (NR)

Art. 2º Em razão do acréscimo do parágrafo §4º-A, ao artigo 93 da Lei nº 5.751, de 25 de setembro de 2013, a Lei 6.626, de 30 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º- A.** Na hipótese de atraso no pagamento das parcelas, haverá incidência de multa de 0,5% (meio por cento) sobre as parcelas vencidas e não pagas do acordo de parcelamento, nos termos do artigo 93, §4º-A, da Lei 5.751/2013.
.....” (NR)

Art. 3º O Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, anexo à Lei Municipal nº 6.626, de 30 de junho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**CLÁUSULA SEGUNDA - Do Pagamento**

.....
Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pelo índice do INPC/IBGE, acrescido de juros de 0,5 % (meio por cento) ao mês ou fração e multa de 0,5 % (meio por cento) sobre o valor atualizado, desde a data do vencimento até a data do pagamento.
.....”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 20 de junho de 2021.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 12 de novembro de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

CLAYTON SOARES DOS SANTOS
Superintendente do IMPRERP

Processos Administrativos nº 002/2011- IMPRERP e nº 484/2021 – PMRP
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial